

## Editorial

### A pesquisa educacional na América Latina: agendas políticas em tempo de disputa

*Educational research in Latin America: political agendas in a time of dispute*

*La investigación educativa en América Latina: agendas políticas en tiempos de disputa*

Vilma Aparecida de Souza<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

Leonice Matilde Richter<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

Maria Vieira Silva<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Raquel Aparecida Souza<sup>4</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** Os avanços da extrema-direita no cenário latino-americano têm produzido um cenário complexo caracterizado por projetos autoritários, retrocessos em direitos e enfraquecimento da democracia. Nesse contexto, o direito à educação tem sido colocado em xeque, em meio a um clima de polarização social e política, com a proliferação de discursos de ódio e hostilidade que corroem o debate público. Diante disso, a *Revista Educação e Política em Debate*, a fim de contribuir com debates a partir da perspectiva latino-americana e caribenha sobre compromisso com o direito à educação e à democracia, proporciona ao público consistentes reflexões sobre o tema em tela, por meio da publicação do Dossiê “A pesquisa educacional na América Latina: agendas políticas em tempo de disputa”, tendo como organizadoras as professoras e pesquisadoras Ana Sheila

<sup>1</sup> Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão, Financiamento da Educação e Equidade –UFU. Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [vilmasouza@ufu.br](mailto:vilmasouza@ufu.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1776641740982053>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>.

<sup>2</sup> Editora responsável da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora associada de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [leonice@ufu.br](mailto:leonice@ufu.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9049041703208746>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7109-3257>.

<sup>3</sup> Editora responsável da Revista Educação e Políticas em Debate. Pós-doutorado em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: [mvieiraufu@ufu.br](mailto:mvieiraufu@ufu.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.

<sup>4</sup> Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. Membro do grupo de pesquisa Pólis. Professora associada Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [raquelas@ufu.br](mailto:raquelas@ufu.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9208469507359517>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5906-0671>.

Fernandes Costa (Universidade de Brasília – Brasil), Myriam Feldfeber (*Universidad de Buenos Aires* – Argentina) e Guadalupe Olivier Téllez (*Universidad Pedagógica Nacional* – México), integrantes do Conselho Diretor da *Asociación Latinoamericana de Investigación en Educación* (ALIE). O dossiê reúne manuscritos oriundos do Pré Congresso da ALIE, realizado em agosto de 2025, em Buenos Aires, Argentina, evento que teve como escopo fomentar espaços acadêmico-científicos com o propósito de consolidar uma perspectiva latino-americana e caribenha acerca dos desafios educacionais, bem como formular uma agenda de investigação que contemple a complexidade e a heterogeneidade inerentes à produção de conhecimento na região. Além do dossiê, os artigos que compõem a seção de demanda contínua desta edição mobilizam uma pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas, com as políticas públicas de educação como eixo estruturante das análises.

**Palavras-chave:** Democracia na América Latina; Pesquisa educacional; Políticas Públicas Educacionais.

**Abstract:** The advance of the far-right in the Latin American landscape has created a complex scenario characterized by authoritarian projects, setbacks in rights, and the weakening of democracy. In this context, the right to education has been called into question amidst a climate of social and political polarization, with the proliferation of hate speech and hostility that erodes public debate. In light of this, the journal *Educação e Políticas em Debate*, aiming to contribute to discussions from a Latin American and Caribbean perspective on commitment to the right to education and democracy, offers the public consistent reflections on the subject through the publication of a Dossier titled “Educational research in Latin America: political agendas in a time of dispute”, organized by professors and researchers Ana Sheila Fernandes Costa (University of Brasília – Brazil), Myriam Feldfeber (University of Buenos Aires – Argentina), and Guadalupe Olivier Téllez (National Pedagogical University – Mexico), all members of the *Asociación Latinoamericana de Investigación en Educación* (ALIE). The dossier compiles manuscripts originating from the ALIE Pre-congress, held in August 2025, in Buenos Aires, Argentina, an event whose scope was to foster academic-scientific spaces with the purpose of consolidating a Latin American and Caribbean perspective on educational challenges, as well as formulating a research agenda that contemplates the complexity and heterogeneity inherent in knowledge production in the region. In addition to the dossier, the articles that comprise the continuous demand section of this edition mobilize a plurality of theoretical and methodological approaches, with public education policies as the structuring axis of their analyses.

**Keywords:** Democracy in Latin America; Educational research; Educational Public Policies.

**Resumen:** Los avances de la extrema derecha en el escenario latinoamericano han producido un panorama complejo caracterizado por proyectos autoritarios, retrocesos en derechos y debilitamiento de la democracia. En este contexto, el derecho a la educación ha sido puesto en jaque, en medio de un clima de polarización social y política, con la proliferación de discursos de odio y hostilidad que corroen el debate público. Ante esto, la Revista *Educação e Políticas em Debate*, con el fin de contribuir a los debates desde la perspectiva latinoamericana y caribeña sobre el compromiso con el derecho a la educación y la democracia, ofrece al público reflexiones consistentes sobre el tema en cuestión, a través de la publicación del Dossier titulado “La investigación educativa en América Latina: agendas políticas en tiempos de disputa”, teniendo como organizadoras a las profesoras e investigadoras Ana Sheila Fernandes Costa (Universidad de Brasília – Brasil), Myriam Feldfeber (Universidad de Buenos Aires – Argentina) y Guadalupe Olivier Téllez (Universidad Pedagógica Nacional – México), integrantes del Consejo Directivo de la Asociación Latinoamericana de Investigación en Educación (ALIE). El dossier reúne manuscritos provenientes del Precongreso de la ALIE, realizado en agosto de 2025 en Buenos Aires, Argentina, evento que tuvo como objetivo fomentar espacios académico-científicos con el

propósito de consolidar una perspectiva latinoamericana y caribeña acerca de los desafíos educativos, así como formular una agenda de investigación que contemple la complejidad y la heterogeneidad inherentes a la producción de conocimiento en la región. Además del dossier, los artículos que componen la sección de demanda continua de esta edición movilizan una pluralidad de enfoques teóricos y metodológicos, teniendo las políticas públicas de educación como eje estructurante de los análisis.

**Palabras clave:** Democracia en América Latina; Investigación educativa; Políticas Públicas Educativas.

## Editorial

A ascensão global das extremas direitas nas duas primeiras décadas do século XXI apresenta-se como um fenômeno político complexo na contemporaneidade. A expansão dessas forças políticas, longe de ser um movimento homogêneo, tem ensejado debates acadêmicos que buscam compreender suas transformações ao longo do tempo e suas especificidades regionais. No contexto da América Latina, faz-se necessário superar análises eurocêntricas e capturar o fenômeno em sua totalidade concreta, a fim de compreender as expressões ideológicas e estratégias políticas que caracterizam a ultradireita no sul global.

O colapso financeiro de 2008 abalou o poder do capital global e estimulou uma resposta orgânica traduzida na ascensão da extrema direita na região. Segundo Sanahuja, Forti e Burian (2025), a emergência da extrema direita pode ser compreendida de modo articulado às redes globais e aos novos arranjos institucionais, organizando-se em alianças descentralizadas que integram *think tanks* ultraliberales, legendas conservadoras e grupos ligados ao conservadorismo cristão.

Como mais uma das crises cíclicas do capitalismo, a crise de 2008 desestruturou as bases sociais e políticas globais, provocando desemprego em massa e miséria, e impulsionando transformações drásticas na geopolítica mundial, dando “início a processos que resultaram em verdadeira *débâcle* nas sociedades” (Soares; Simões; Romero, 2020, p. 207). A crise de 2008, assim como as crises de 1873, de 1929 e 1970, não foram apenas econômicas, mas crises estruturais de superprodução e especulação financeira, onde, longe de meras “falhas de mercado”. Paradoxalmente, a promessa de “modernização” do capital gerou como efeito colateral desdobramentos destrutivos, haja vista que a inserção da dinâmica capitalista em economias periféricas exacerbou as assimetrias e vulnerabilidades socioeconômicas locais. Além disso, vale destacar que, ao contrário da “modernização” anunciada, a “[...] intervenção [penetração do capital] trombeteada em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural” (Mészáros, 2011, p. 92).

Como parte do contexto macro de autorreprodução do capital, a manutenção do capital reside em sua capacidade de administrar as crises estruturais para evitar grandes colapsos, considerando a contradição insuperável que faz parte da estrutura do sistema do capital. Sob essa ótica, a ordem da reprodução socio metabólica do capital implementa estratégias para enfrentamento das fases de crises e recessão, por meio de mecanismos de autorregulação de acordo com cada momento histórico. Trata-se de “[...] uma poderosa [...] estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’” (Mészáros, 2011, p. 96). Um sistema de controle que submete aos seus imperativos a saúde, o comércio, a educação, a agricultura e a arte, sujeitando todas as esferas à sua lógica e aos seus critérios de viabilidade, adentrado “[...] desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão” (*ibidem*). Assim, o capitalismo tem sido regido por um conjunto de estratégias e mecanismos de autorregulação que, na ausência de uma alternativa de superação, se fortalece e aperfeiçoa o modo de reprodução socio metabólica no processo de administração de suas crises.

Em consonância com Coggiola (2009), as crises não são fenômenos pontuais de uma conjuntura específica, mas, na verdade, são inerentes à própria natureza do capitalismo, efeitos colaterais dos processos de grande acumulação e seguidos de movimentos de reestruturações produtivas. Como parte desse contexto, a crise de 2008, conhecida como crise da bolha imobiliária dos EUA, foi impulsionada pela especulação financeira desenfreada de bancos e investidores, que viam o capital como replicação de derivativos e projeções de lucros. Com a crise de 2008, uma das grandes diferenças foi a resposta dos Estados para o enfrentamento do cenário recessivo. Ao passo que, em 1929, por exemplo, a reação consistiu na instauração do estado de bem-estar social, a crise de 2008 foi enfrentada pelos Estados com um acirramento na adoção de políticas neoliberais, produzido pelo crescimento das desigualdades sociais e o desmonte dos direitos sociais (*ibidem*).

Como destacam Saad Filho e Moraes (2018, p. 244), as consequências sociais do neoliberalismo são materializadas na “decomposição da classe trabalhadora e a diluição de sua cultura e de suas formas de solidariedade, o que dificulta muito a organização social”. Os desdobramentos políticos desses processos abarcam “uma tendência mundial ao colapso dos sindicatos, organizações de massa e partidos tradicionais de esquerda, com o consequente deslocamento do espectro político para a direita” (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 245). Além disso, as consequências sociais do neoliberalismo alcançam a intensificação da exploração laboral por meio da manutenção do desemprego estrutural e das novas modalidades de contratação mediadas por tecnologias. Tais modalidades, vinculadas à lógica da terceirização,

da prestação de serviços e da flexibilidade – fenômenos conhecidos como “uberização”<sup>5</sup> – têm acirrado, entre outras consequências, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a diminuição da remuneração da força de trabalho e o recrudescimento de uma cultura cada vez mais individualista e meritocrática.

Sobre o “deslocamento do espectro político para a direita”, Löwy (2015, p. 657) destaca que, associado ao processo de “hegemonia mundial neoliberal do capital financeiro [...]”, a crise econômica [de 2008] [...] tem em quase todos os lugares favorecido muito mais a extrema-direita do que a esquerda radical”. E continua, “as ideias da extrema-direita [...] contaminaram uma parte significativa não só da pequena burguesia e dos desempregados, mas também da classe trabalhadora e da juventude” (Löwy, 2015, p. 658).

Diante desse cenário e da necessidade de saída da crise, a extrema direita tem se fortalecido, aproveitando-se das incertezas para se promover, como uma alternativa ultraconservadora. Esse espectro político-ideológico expandiu sua hegemonia para além da pequena burguesia, cooptando parcelas significativas da juventude e do proletariado, incluindo os estratos sociais desempregados e os marginalizados pelos processos de reestruturação produtiva. Contudo, Löwy (2015) ressalta que é preciso evitar abordagens que limitem as explicações a fatores puramente econômicos, destacando que o avanço da expansão da extrema direita não é justificado exclusivamente pela atual crise econômica do capital, mas também

Fatores históricos têm, sem dúvida, jogado algum papel: uma longa tradição antissemita espalhada em certos países; a persistência daquelas correntes que colaboraram durante a Segunda Guerra Mundial; e a cultura colonial que impregna atitudes e comportamento mesmo muito tempo depois da descolonização – não só nos antigos impérios, mas em quase todos os países europeus [...]. A conjuntura internacional, particularmente no Oriente Médio, também favorece esse cenário. As agressivas políticas coloniais e expansivas do governo israelense nutrem antissemitismo (particularmente entre os jovens muçulmanos) mal disfarçado como “antissionismo”, ao passo que o terror do Estado islâmico (Daesh) e de outros jihadistas assassinos alimenta a islamofobia, pretensamente em nome do “secularismo” [...] eventos negativos no Oriente Médio são habilmente manipulados pela extrema-direita para promover sua agenda, com considerável sucesso. O mesmo se aplica, logicamente, aos ataques terroristas na Europa [...] que são usados como munição pela direita racista para empreender a sua “guerra de civilização” contra os cidadãos muçulmanos europeus (Löwy, 2015, p. 657).

Com base em dados de eleições parlamentares de vinte países entre 1870 e 2014, Soares, Simões e Romero (2020, p. 213) apontam que a ascensão de partidos de extrema

<sup>5</sup> A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho (Antunes, 2020, p. 16).

direita ao poder é uma das consequências das crises sistêmicas do capitalismo. Os autores destacam que “desde 2008, os populistas de direita vêm ganhando cada vez mais espaço nos governos”, resultando na “ascensão de regimes populistas de extrema direita que atuam, em regra, na defesa de valores conservadores amalgamados na nação, a moral, família, conservadorismo, religiosidade”. Dessa forma, tais movimentos vendem-se “como saída instantânea para os sofrimentos causados pelas mui complexas crises do capital”.

A América Latina, longe de ser um espaço de consenso, configura-se como um território de disputa hegemônica, onde a geopolítica é marcada pelo antagonismo entre ciclos progressistas, chamados de “onda rosa”<sup>6</sup>, e a ascensão da extrema direita. Nesse antagonismo, a extrema direita latino-americana opera por meio de uma dupla dinâmica, a qual é uma dimensão econômica, marcada pela radicalização da agenda de privatizações, desmonte de políticas de proteção social e submissão total às finanças globais e, por uma dimensão cultural a partir da mobilização do nacionalismo chauvinista e do neoconservadorismo religioso.

Conforme apontam Miguel e Vitullo (2025, p. 2), a consolidação da democracia liberal na América Latina apresenta lacunas estruturais ainda mais acentuadas do que os modelos observados no Hemisfério Norte. Contudo, “os regimes que emergiram na onda de redemocratização das últimas décadas do século XX permitiram que setores populares disputassem espaços políticos e garantissem medidas redistributivas e de inclusão social modestas” (Miguel; Vitullo, 2025, p. 1), malgrado sua timidez orçamentária, transformaram de modo substantivo as condições materiais de existência de seus destinatários.

O avanço da extrema direita manifesta-se no contexto da América Latina a partir de suas particularidades. A ascensão da extrema direita nesses países relaciona-se a um histórico marcado por rupturas institucionais, regimes autoritários e ingerências estrangeiras ao longo do século XX. Kaysel e Bianchi (2025) apontam que a dinâmica de disputa de poder na América Latina assumiu o contorno do “neogolpismo”<sup>7</sup>, processo em que coalizões de direita utilizam as próprias ferramentas do ordenamento jurídico e do Estado – tais como *impeachments* e declarações de vacância – para destituir governos

---

<sup>6</sup> Ciclo dos chamados “governos progressistas” na América Latina, comumente denominado de “onda rosa”.

<sup>7</sup> Neogolpismo fue una estrategia a la que apelaron las fuerzas de derecha para recuperar la dirección de los gobiernos y de los Estados, otrora en manos de gobiernos progresistas. Se trató de acciones destinadas a sustituir a los productores del orden social para refundar el orden neoliberal, apelando a herramientas y mecanismos legales y constitucionales y a los espacios políticos institucionales propios de la democracia liberal (Soler; Prego, 2025, p. 2).

progressistas e implementar agendas de restauração liberal-conservadora, prescindindo da intervenção militar clássica das ditaduras dos anos 1960 e 1970.

Assim, a crise do modelo da democracia liberal manifestou-se na região por meio de golpes de Estado de novo formato, a exemplo dos episódios ocorridos no Paraguai, em Honduras, no Brasil e na Bolívia. Esse cenário culminou no fortalecimento de vertentes locais do extremismo de direita, caracterizadas, no contexto brasileiro, pela junção do conservadorismo moral, do ultraliberalismo econômico e do negacionismo histórico em relação aos crimes cometidos pelas ditaduras de segurança nacional (Miguel; Vitullo, 2025).

Nesse contexto de disputa, onde a geopolítica regional foi marcada por ciclos de antagonismo, a aparente perda de força da extrema-direita na América Latina após 2020 - marcada pela derrocada do governo interino de Jeanine Áñez, após a renúncia forçada de Evo Morales, em 2019, em meio a protestos e pressões militares), a derrota de José Antonio Kast no Chile e o insucesso na reeleição de Jair Bolsonaro no Brasil - contrariada nos anos seguintes com a vitória de Javier Milei na Argentina, em 2023, que passa a ser fortalecido com o retorno de Donald Trump à presidência norte-americana, o que evidencia a resiliência desse ciclo político e consolida uma forte guinada política à direita<sup>8</sup>, na América Latina.

Nesse contexto de avanços da extrema direita, o direito à educação tem sofrido duros golpes e o papel da escola tem sido constantemente colocado em xeque, em meio a um clima de polarização social e política, com a proliferação de discursos de ódio e hostilidade, resultando em ataques as instituições de ensino e intimidação e violência contra professores. Essa ofensiva neoliberal materializa-se em políticas de austeridade fiscal, caracterizadas pela redução dos investimentos estatais, bem como pela mercantilização e pela privatização da educação pública. Tais ações não apenas deterioram as condições materiais das instituições de ensino, como também tensionam o próprio estatuto da escola pública e a concepção da

---

<sup>8</sup> Em 2025: Chile - José Antonio Kast, líder da direita conservadora, venceu as eleições presidenciais com expressivos 59% dos votos, sucedendo o governo de esquerda de Gabriel Boric. Bolívia - Rodrigo Paz venceu o segundo turno das eleições presidenciais bolivianas, recolocando a direita no comando do Palácio Queimado. Equador - O presidente Daniel Noboa foi reeleito para um mandato completo de quatro anos nas eleições equatorianas, derrotando novamente a candidata de esquerda Luisa González. Honduras - Nasry Asfura, candidato do conservador Partido Nacional, venceu a eleição presidencial de Honduras, encerrando o ciclo de quatro anos do governo de esquerda da presidente Xiomara Castro. Em 2026: Colômbia- O advogado populista de direita Abelardo “El Tigre” de la Espriella derrotou a esquerda no segundo turno. Peru - Keiko Fujimori teve sua vitória confirmada após superar o candidato de esquerda Roberto Sánchez por uma margem apertada. Costa Rica - Laura Fernández, candidata do Partido Soberano do Povo, de direita, venceu as eleições presidenciais em fevereiro de 2026.

educação como bem comum. Nesse sentido, a defesa por uma educação com justiça social é, hoje, um exercício coletivo urgente diante do retrocesso democrático.

Diante desse cenário, a *Revista Educação e Política em Debate* (REPOD), assume o compromisso de contribuir com debates acerca do direito à educação e à democracia, a partir da perspectiva latino-americana e caribenha, e, com isso, articula a publicação do Dossiê intitulado “A pesquisa educacional na América Latina: agendas políticas em tempo de disputa”, tendo como organizadoras as professoras e pesquisadoras Ana Sheila Fernandes Costa (Universidade de Brasília/Brasil), Myriam Feldfeber (Universidad de Buenos Aires/Argentina) e Guadalupe Olivier Téllez (Universidad Pedagógica Nacional/México), integrantes do Conselho Diretor da *Asociación Latinamericana de Investigación en Educación* (ALIE).

O dossiê reúne manuscritos oriundos do Precongresso ALIE<sup>9</sup>, realizado em agosto de 2025, em Buenos Aires/Argentina, evento que teve como escopo fomentar espaços acadêmico-científicos com o propósito de consolidar uma perspectiva latino-americana e caribenha acerca dos desafios educacionais, bem como formular uma agenda de investigação que contemple a complexidade e a heterogeneidade inerentes à produção de conhecimento na região.

A ALIE é resultado de um processo coletivo iniciado em Manaus/Amazonas/Brasil, em outubro de 2023, quando um conjunto plural e diversificado de associações, redes e instituições dedicadas à pesquisa educacional na América Latina concordou em impulsionar a criação de uma organização regional voltada ao fortalecimento da produção de conhecimento, do intercâmbio acadêmico e da defesa da educação como direito social. A Associação foi formalmente criada em 21 de novembro de 2024, durante uma reunião realizada no *Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación*, da *Universidad de Buenos Aires*, ocasião em que foi aprovado seu Estatuto e eleitas suas primeiras dirigentes: Fernanda Saforcada e Geovana Mendonça Lunardi Mendes, respectivamente presidenta e vice-presidenta, além de um

---

<sup>9</sup> Entidade sem fins lucrativos que reúne pessoas, instituições, redes e organizações ligadas à pesquisa e aos estudos de pós-graduação em educação na América Latina e no Caribe. É fruto de um processo coletivo iniciado em Manaus, em outubro de 2023. O Comitê Organizador foi composto pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa Educacional (Anped); o Conselho Mexicano de Pesquisa Educacional (COMIE); a Sociedade Argentina de Pesquisa Educacional (SAIE); a Rede Chilena de Pesquisadores da Educação (RIECH); a Rede Paraguaia pelo Direito à Educação; a Associação Chilena de Pesquisadores da Educação (ACHIE); a Rede de Institutos e Centros de Pesquisa Educacional da Argentina (RICIE); a Faculdade de Ciências Humanas e da Educação da Universidade da República do Uruguai; o Grupo de Trabalho “Políticas Educacionais e o Direito à Educação” da CLACSO; a Rede Latino-Americana de Estudos sobre o Trabalho Docente (Red ESTRADO); o Grupo de Trabalho “Educação Popular e Pedagogias Críticas” da CLACSO; e a Rede Latino-Americana de Estudos Epistemológicos em Política Educacional (RELEPE).

Conselho Diretor organizador composto por 20 representantes das instituições que participaram de sua criação.

A ALIE, reafirmando a defesa da educação como direito humano e social fundamental e da importância da denúncia dos ataques que os sistemas públicos de educação vêm sofrendo diante do avanço de projetos neoliberais e conservadores, tem assumido o compromisso de fomentar a pesquisa científica e o pensamento crítico na América Latina e no Caribe, elegendo a garantia desse direito como eixo orientador para a produção de conhecimento, por meio de redes de intercâmbio de organizações associadas e de seus respectivos pesquisadores nos debates públicos e nas agendas políticas regionais. Dentre as pautas da ALIE, estão: a intensificação da mercantilização e privatização da educação, com o agravamento das desigualdades sociais; a apropriação do campo educacional por interesses corporativos e a digitalização impulsionadas por lógicas de controle e vigilância; a precariedade do trabalho docente e a repressão das vozes críticas nos espaços educativos; a remoção de conteúdo essencial dos currículos, como ciências sociais, artes e educação sexual abrangente; a redução do financiamento público e o redirecionamento de recursos para o setor privado; a tentativa de redefinir a educação como um “serviço essencial”, violando o direito de greve dos professores.

Nesse sentido, o dossiê tem como objetivo divulgar parte das pesquisas apresentadas no *Precongreso*, em especial as que possuem foco nas políticas públicas educacionais.

O tema deste dossiê recai sobre a produção de conhecimento na América Latina contemporânea, compreendida como um campo de tensões e lutas hegemônicas que tensionam diferentes projetos políticos, sociais e educacionais. Organizado em duas seções, o dossiê apresenta uma entrevista realizado com a vice-presidenta da ALIE, Profa. Dra. Geovana Mendonça Lunardi Mendes, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que apresenta o processo de criação da ALIE e de constituição das agendas de pesquisa na América Latina, considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos e epistemológicos da produção do conhecimento no contexto da América Latina e do Caribe. Já a segunda seção do dossiê integra um conjunto de 17 artigos, sendo cinco de pesquisadores/as da Argentina, dois do México, um do Uruguai e outros nove de pesquisadores/as brasileiros/as, oriundos de nove universidades, de distintas regiões brasileiras. Os artigos contribuem para a problematização do movimento de reconfiguração neoliberal do Estado na América Latina, que acirra as disputas pelo direito à educação. Esse cenário se contrapõe à educação voltada à formação humana integral àquela subordinada à lógica do mercado, reestruturando o trabalho docente e exigindo a compreensão dessas dinâmicas dentro da totalidade social.

Os artigos que compõem a seção de demanda contínua desta edição da REPOD mobilizam uma pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas, dentre os quais as políticas públicas de educação são eixo estruturante das análises.

O artigo *Projeto Somar: os caminhos da privatização da gestão da educação pública no estado de Minas Gerais após 5 anos de implementação*, com autoria de Lara Cristina Evaristo Rodrigues (Universidade Federal de Uberlândia) e Vilma Aparecida de Souza (Universidade Federal de Uberlândia) analisa o Projeto Somar, implementado em 2020, no contexto das políticas educacionais do governo de Romeu Zema (2019-2022), em Minas Gerais, como expressão das reconfigurações contemporâneas da gestão pública educacional sob a lógica neoliberal. A investigação analisa a transferência da gestão de três escolas públicas estaduais para organizações sociais sob o avanço de formas indiretas de privatização que tensionam o caráter público da educação após 5 anos de implementação do projeto. Inserido em um movimento mais amplo de mercantilização do ensino, o projeto sinaliza a intensificação das relações público-privadas e a redefinição do papel do Estado.

As autoras Drieli Gasso Colman e Francéli Brizoll, ambas da Universidade Federal do Pampa, apresentam o artigo intitulado *Impacto da formação de professores no Atendimento Educacional Especializado para a inclusão escolar: uma revisão sistemática de literatura*. O estudo investiga o impacto da formação inicial e continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão escolar, por meio de uma revisão sistemática de literatura. Os resultados evidenciam desafios na articulação entre teoria e prática, e destacam a necessidade de formações mais alinhadas às demandas das escolas para fortalecer a atuação docente e promover uma educação inclusiva de maior qualidade.

O artigo *Internacionalização e o ODS 17: um olhar sobre o PDI 2020-2024 do Instituto Federal da Paraíba*, cuja autoria é de Midore Yasmin Santos Hipólito, José Jassuipe da Silva Moraes e Hirla Carla Lima Amorim, todos da Universidade Federal da Paraíba, analisa as estratégias de internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 (PDI 2020-2024) com os princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17. Os resultados apontam a existência de ações voltadas à cooperação e às parcerias internacionais, mas revelam desafios na integração mais ampla dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

O *processo de democratização como um legado imaterial: a experiência de gestão da educação em Várzea Paulista (2005-2012)*, de autoria de Wesley B. Araújo (Prefeitura Municipal de Paulínia) e Thaís Almeida Costa (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), examina as considerações de gestores e professores sobre a gestão da Secretaria Municipal de Educação

(SME) de Várzea Paulista/SP, entre 2005 e 2012, com foco nas perspectivas e nos tensionamentos relacionados ao processo democrático instaurado. O artigo parte da hipótese de que a diretriz política de democratização das relações, adotada pelos gestores, contribuiu para a formação de subjetividades democráticas e representou uma prática concreta de democratização da gestão educacional.

Salatiel da Rocha Gomes da Universidade Federal do Amazonas e Rosimar Serena Siqueira Esquinsani da Universidade de Passo Fundo mediante o artigo intitulado *As Escolas Técnicas do SUS no Brasil: Desafios históricos, (des)mobilização e subutilização* investiga as produções acadêmicas sobre as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) entre 2015 e 2024. Os resultados evidenciam o papel estratégico dessas instituições na formação qualificada para o Sistema Único de Saúde (SUS), mas também apontam desafios relacionados ao financiamento, à gestão, à atuação pedagógica e à continuidade das políticas públicas, fatores que têm contribuído para seu enfraquecimento e subutilização.

*A Análise do Conceito de Path Dependence na política brasileira de Educação Especial (2008-2020)*, do autor Samuel Vinente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, apresenta a discussão sobre a política brasileira de Educação Especial a partir do conceito de dependência de trajetória (*path dependence*), refletindo sobre os processos de continuidade e mudança nas políticas educacionais. Ao analisar marcos normativos da área, o estudo destaca a escassez de pesquisas que adotam essa perspectiva teórica, apontando oportunidades para o aprofundamento das investigações sobre Educação Especial e políticas públicas.

Os autores Maria Gorete Rodrigues de Brito (Universidade Federal do Pará), Alberto Damasceno (Universidade Federal do Pará) e Suellem Pantoja (Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão), por meio do artigo *Monitoramento da qualidade do ensino médio paraense pelo Fórum Estadual de Educação (2016-2018)*, apresentam uma reflexão sobre o monitoramento da Meta 7 do Plano Estadual de Educação do Pará, desenvolvido pelo Fórum Estadual de Educação do Pará entre 2016 e 2018. A partir da análise de documentos institucionais, o estudo evidencia a importância dos indicadores de qualidade social no acompanhamento e na avaliação das políticas educacionais voltadas ao Ensino Médio.

*A Dimensão Profissional no Projeto de Vida: desafios e possibilidades da Orientação Profissional no Ensino Médio Público Paulista*, das autoras Ana Luísa Neves Pimenta-Urquiza (Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF) e Melissa Franchini Cavalcanti-Bandos (Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF), discute a dimensão profissional no componente Projeto de Vida do Ensino Médio da rede pública paulista, analisando sua relação com as políticas educacionais e as práticas pedagógicas. Os resultados

indicam desafios na contextualização dos conteúdos sobre trabalho e carreira e destacam a importância da orientação profissional para apoiar os estudantes na construção de projetos de vida mais conscientes e alinhados às suas realidades.

O artigo *Interfaces foucaultianas na formação de professores: percursos de saber, poder e subjetivação nas políticas públicas educacionais*, de autoria de Vidiane Casimiro da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Marcello Ferreira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), apresenta um ensaio teórico que tem por finalidade analisar os conceitos filosóficos de Michel Foucault e suas possíveis implicações para as políticas públicas de formação de professores no Brasil. A partir de uma perspectiva foucaultiana, busca-se compreender como os discursos, os dispositivos de poder e os regimes de verdade influenciam os modos de constituição do sujeito professor, as práticas educativas e a formulação de programas formativos. Propõe, ainda, uma reflexão crítica acerca das estruturas que sustentam os modelos institucionais de formação de professores – continuada ou inicial.

O artigo intitulado *Evasão estudantil no Ensino Médio Integrado no IFTO, Dianópolis: um estudo de caso*, dos autores Roselaine Gusson Mendes (Instituto Federal de Tocantins), Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz (Universidade Cidade de São Paulo), Vanessa dos Santos Tavares (Instituto Federal do Paraná) e Eric Ferdinando Passone (Universidade Cidade de São Paulo), dedica-se à análise da evasão nos cursos de Ensino Médio Integrado em Agropecuária e Informática do Instituto Federal do Tocantins, *campus* Dianópolis, problematizando os fatores que influenciam a permanência e o abandono escolar. A partir da investigação do perfil dos estudantes evadidos e das condições que permeiam sua trajetória acadêmica, o estudo evidencia desafios relacionados às dificuldades de aprendizagem, ao suporte pedagógico e às condições socioeconômicas. Os resultados contribuem para ampliar o debate sobre as políticas de permanência e êxito na Educação Profissional e Tecnológica ao ressaltar os impactos educacionais e sociais decorrentes da evasão.

O artigo *Mobilização pelo acesso à água potável no contexto escolar com foco na educação ambiental*, elaborado por Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello, da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, e Raquel Marques Villardi, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, apresenta a experiência de construção de uma Rede de Proteção Socioambiental em uma escola pública do Rio de Janeiro, fundamentada nos princípios da Educação Ambiental Crítica e na pesquisa-ação. Ao envolver estudantes do Ensino Médio em atividades de investigação e mobilização comunitária, o estudo evidencia o potencial das práticas participativas para promover o engajamento social, fortalecer o sentimento

de pertencimento e ampliar a compreensão dos jovens sobre os desafios socioambientais presentes em seu território.

Por encerrar, expressamos nossa gratidão pela contribuição dos/as colaboradores/as nacionais e internacionais da REPOD: aos/às editores/às; aos/às organizadores/as de dossiês; aos/às pareceristas; à equipe de formatação e diagramação dos manuscritos; à equipe de mídias sociais; e à Secretaria dos Periódicos/FACED. Ressaltamos, também, o suporte da FACED, da UFU e do Sistema de Bibliotecas, que sedia o Portal de Periódicos da UFU e atua no monitoramento e exame do fluxo de publicações, o qual fornece assistência técnica aos editores.

Almejamos que a presente edição colabore para a expansão dos debates e discussões sobre as políticas públicas educacionais e ofereça aos/às investigadores/as, professores/as e estudantes de graduação e pós-graduação de instituições do país e do exterior a difusão de consistentes achados de pesquisas e investigações.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

## Referências

ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

COGGIOLA, O. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

KAYSEL, A.; BIANCHI, A. Extremas-direitas no século XXI em perspectiva latino-americana: ideias, atores e modos de pensar. *Caderno CRH*, Salvador, v. 38, e025047, 2025. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.69951>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/FfGkkYRzDcvfxLHVDrmrPqR/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2026.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. DOI 10.1590/0101-6628.044. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdxwKBBCnqHyKkckfW6Qn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2026.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, L. F.; VITULLO, G. E. Apresentação Dossiê Ultradireita e Democracia na América Latina Contemporânea. *Revista Cronos*, Natal, v. 26, n. 2, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/42117>. Acesso em: 7 jul. 2026.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANAHUJA, J. A.; FORTI, S.; BURIAN, C. L. Ultraderechas y redes transnacionales: (re)pensar desde la historia global. *Caderno CRH*, Salvador, v. 38, e025053, 2025. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.66246>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/j63Md6KgCssJj7pT7r3ycCq/abstract/?lang=es>. Acesso em: 16 jul. 2026.

SOARES, A. G.; SIMÕES, C. L. R.; ROMERO, T. G. Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos. *Cadernos de Campo*, Araraquara, v. 29, n. 1, p. 193-223, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47284/2359-2419.2020.28.193223>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14194>. Acesso em: 6 jul. 2026.

SOLER, Lorena; PREGO, Florencia. Neogolpismo y derechas en el siglo XXI: los casos de Honduras, Paraguay, Brasil, Bolivia y Perú. *Caderno CRH*, Salvador, v. 38, e025054, 2025. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.66249>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mqT3wV4SxN69mGP3CVTtXVw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 jul. 2026.